



# A Segurança de Convívio na Política de Assistência Social

**Boletim Informativo**  
**Vigilância Socioassistencial**

2º edição



A arte de viver é simplesmente a arte de conviver... simplesmente, disse eu? Mas como é difícil!  
Mário Quintana



## A SEGURANÇA DE CONVÍVIO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esta edição do Boletim de Vigilância Socioassistencial traz uma reflexão sobre a proteção social da política de assistência social relacionada à **segurança de convívio familiar e comunitário** alicerçada no arcabouço legal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O SUAS divide a proteção social em básica e especial, sendo que esta última se divide em média e alta complexidade. Neste sentido, organiza suas ofertas socioassistenciais por meio de serviços, programas, projetos e benefícios.

A atuação dos profissionais que integram o SUAS se dá tendo como parâmetro as seguranças alicerçadas na nossa política pública: segurança de acolhida, segurança de sobrevivência, segurança de apoio/auxílio, segurança de convivência e segurança de autonomia destinadas às famílias em situação de desproteção social nos diversos territórios do município de Londrina

Art. 4º São seguranças alicerçadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter: a) condições de recepção; b) escuta profissional qualificada; c) informação; d) referência; e) concessão de benefícios; f) aquisições materiais e sociais; g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco; h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - **convívio ou vivência familiar, comunitária e social**: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para: a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários; b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para: a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade; c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos (NOB/RH, 2012).

Neste sentido, a **segurança de convivência familiar e comunitária** de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004) supõe a não aceitação de situações de isolamento e de situações de perda das relações. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais, por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. Neste aspecto, a dimensão multicultural, intergeracional, interserriais, intersubjetiva, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio.

De acordo com Torres (2013) a **convivência social** supõe relações entre sujeitos (individuais e coletivos), tempos (cotidianos e eventual), espaços (contíguos e virtuais) nos quais se expressam concretamente para cada pessoa " com quem e com o que pode contar" em situações de fragilidades e desproteções sociais.

Dessa forma, as ofertas socioassistenciais da política de assistência social devem estimular a participação dos usuários contribuindo para que possam refletir sobre suas condições de vida, de modo que fortaleçam suas capacidades em buscar novas alternativas no que se refere ao processo de garantia de direitos e de melhores condições de vida e também ressignificação e protagonismo. Esse processo, deve ser fomentado de forma coletiva visto que o enfrentamento das questões que afetam o público que utiliza da política de assistência social são relacionadas a aspectos macroestruturais e o seu tensionamento deve estar atrelado a uma compreensão crítica da realidade.

Torres (2013) aponta ainda que a **convivência social** é um processo que se coloca para além de um fenômeno natural decorrente da natureza humana e alcança a condição de questão complexa e dinâmica ao mesmo tempo visto que se relaciona com os sujeitos em suas relações.

A pandemia causada pela Covid 19 com início em março de 2020, e que se pendura até os dias atuais, contribuiu para novos modos de sociabilidade que exigiram das ofertas socioassistenciais adequações e uma nova forma de organizar as suas ações. Neste sentido, esses últimos dois anos tiveram como orientação o distanciamento social e o atendimento remoto como alternativas para o adequado atendimento à população, considerando o contexto de pandemia, dentre outras estratégias de isolamento social.

Em 2022, o primeiro semestre na SMAS foi marcado por discussões para a retomada do trabalho coletivo, do alinhamento conceitual em torno da proteção social, do aprimoramento do trabalho social com famílias e da retomada das atividades presenciais. Neste sentido, após esse longo período de afastamento das atividades coletivas e em grupo, esse boletim tem como objetivo abordar como as ofertas socioassistenciais têm se organizado para afiançar a **segurança de convívio e vivência familiar e comunitária**.



Vale ressaltar que, considerando que as seguranças são componentes essenciais da proteção social devida por esta política pública, todas as suas ofertas devem buscar desenvolvê-la e localizá-las em seu cotidiano, garantindo que sejam asseguradas a medida da identificação das necessidades e demandas.

Esse cuidado e esse olhar, portanto, devem comparecer em todos os espaços e práticas da assistência social, seja na provisão de serviços, seja na de programas, projetos ou benefícios.

Tendo em vista buscar entender como as ofertas se organizaram foram realizadas duas estratégias para coleta de informações: uma que diz respeito aos dados quantitativos, sendo utilizada a extração do banco de dados, considerando o registro de informações de atividades coletivas no IRSAS, e a outra foi pesquisa realizada por meio de formulário disponibilizado aos serviços, programas e projetos existentes na política de assistência social.

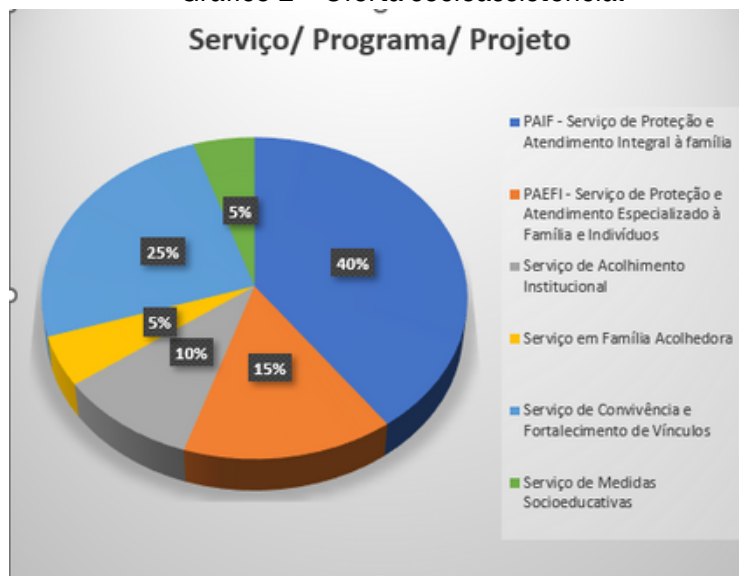
Foram alvo dessas intervenções os serviços, os programas e os projetos sociais, cujos resultados passamos a apresentar:

### **PESQUISA NOS SERVIÇOS/PROGRAMAS E PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A pesquisa realizada nos meses de julho e agosto com as ofertas socioassistenciais subsidiou a construção deste Boletim cuja temática está voltada para a **segurança de convivência familiar e comunitária**. Neste sentido, essa construção parte das experiências relatadas pelas unidades no âmbito das atividades desenvolvidas no cotidiano profissional e das realidades dos territórios.

A pesquisa foi disponibilizada a todas as ofertas socioassistenciais da Política de Municipal de Assistência Social e com as quais a SMAS atua cotidianamente e, do total de aproximadamente 70 unidades obteve-se o retorno de 20 unidades respondentes, o que representa uma amostra de aproximadamente 28%. Destas 40%, eram representantes do CRAS/PAIF (das 10 unidades existentes 8 responderam, o que representa 80% das unidades de CRAS), seguido de 25% do Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (que representa 33% das unidades existentes), 15% CREAS/PAEFI (das 3 unidades existentes, todas responderam, ou seja, 100% dos CREAS), 10% Serviço de Acolhimento Institucional, 5%, respectivamente Serviço em Família Acolhedora e Serviço de Medidas Socioeducativas (o que representa 100% das unidades de Família Acolhedora e de Medidas Socioeducativas)

Gráfico 1 – Oferta socioassistencial

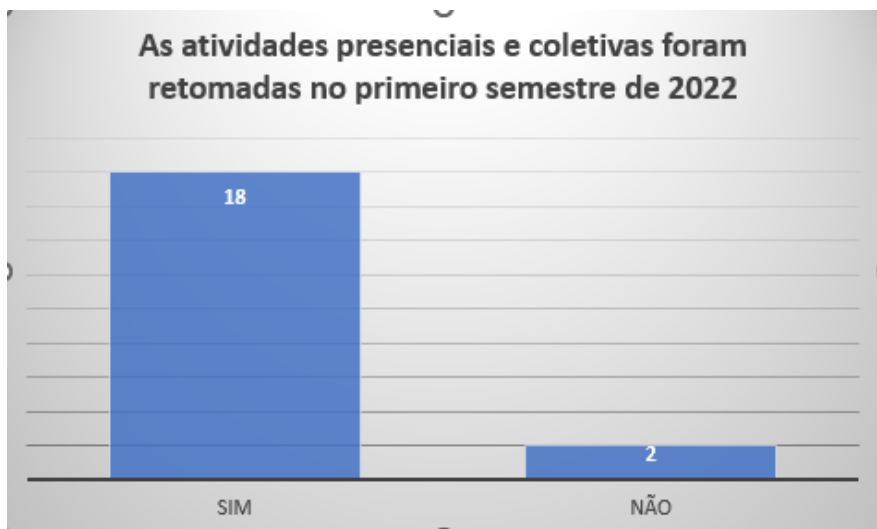


Fonte: pesquisa google forms



O gráfico abaixo traz informação em relação à avaliação das unidades quanto ao retorno do trabalho coletivo das 20 unidades que responderam o questionário, 18 tendo-se identificado afirmaram que retornaram as atividades presenciais e coletivas. O SCFV relatou que retornou as atividades coletivas no segundo semestre de 2021.

Gráfico 2 – Retorno das atividades presenciais e coletivas



Fonte: pesquisa google forms

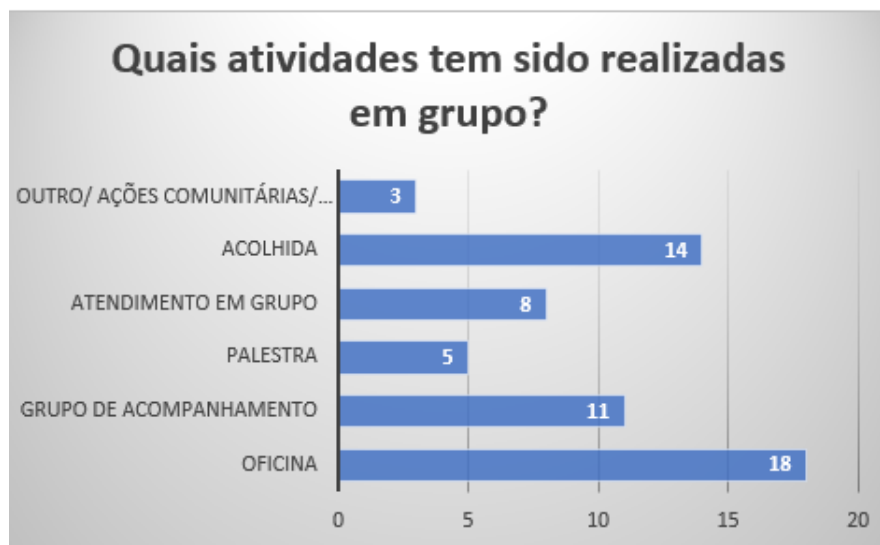
Em relação à adesão dos usuários no que se refere ao retorno das atividades coletivas, foi possível identificar pelas respostas qualitativas que, inicialmente, não houve muita adesão das famílias e que essa se deu de forma gradativa, havendo muitas faltas em um primeiro momento, visto que as pessoas estavam acostumadas com o atendimento individual, ou ainda mantinham até então uma rotina e ou organização familiar que não favorecia o comparecimento, porém gradativamente foi-se percebendo uma mudança e a participação tem se dado de forma mais efetiva. Um elemento apontado foi a dificuldade em articular locais para atendimento coletivo descentralizado e com estrutura adequada e de qualidade nas regiões rurais.

Nas unidades de SCFV foi possível identificar que o retorno das atividades presenciais e coletivas aconteceu com maior facilidade, pois o retorno presencial era algo aguardado pelas famílias que já estavam precisando da oferta deste serviço. O SCFV evidenciou também que o isolamento social acarretou nas crianças e adolescentes muitas questões relacionadas à saúde mental, o que também gerou a necessidade de um processo de adaptação dessas crianças e adolescentes às rotinas do serviço e a convivência social, além da adaptação às novas rotinas de trabalho pelos próprios trabalhadores, que também tiveram um impacto de saúde mental durante o trabalho na pandemia.

Já as unidades de acolhimentos que responderam a pesquisa apontaram a dificuldade de adesão pelos acolhidos devido à fragilização dos vínculos familiares e comunitários. No que tange às unidades que atendem crianças e adolescentes foi algo citado como "mais aguardado", devido à restrição que antes existia de entrada e saída nos acolhimentos como método de prevenção à Covid 19.

Entre as atividades apontadas como realizadas no primeiro semestre de 2022 estão as oficinas (18) e reuniões de acolhida (11) como as mais expressivas, seguida de grupos de acompanhamento (11) e atendimento em grupo (8).

Gráfico 3 – Atividades realizadas em grupo



Fonte: pesquisa google forms

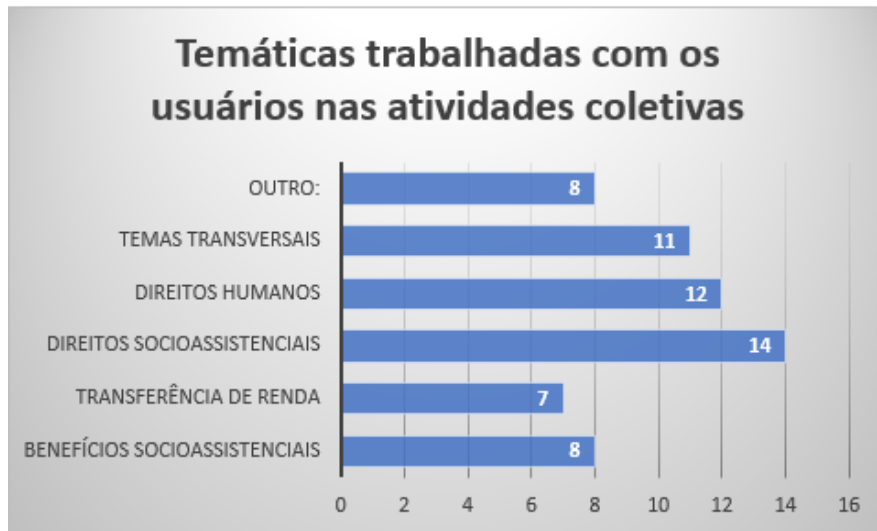
Outra questão levantada foi em relação ao planejamento das atividades na unidade, desse modo, identificou-se que este tem se dado em reuniões de equipe, reuniões com a rede intersetorial e socioassistencial e por meio da avaliação das demandas das unidades e das necessidades dos territórios. Importante sinalizar que o PAIF apontou que as acolhidas coletivas foram planejadas a partir das orientações técnicas da gestão, adequando às características da unidade e do público atendido.

Já no SCFV o planejamento se deu, principalmente, a partir do que foi proposto no Plano de trabalho. Também foi apontado no Acolhimento em Família Acolhedora um planejamento para o segundo semestre de 2022 retomando os encontros mensais com famílias acolhedoras, com o objetivo de uma capacitação continuada às mesmas e também a proposta de retomar os encontros mensais com as famílias da guarda subsidiada.

Em relação às temáticas trabalhadas com os usuários neste primeiro semestre de 2022 a que mais se destacou foi em relação aos direitos socioassistenciais (14), seguida dos direitos humanos (12) e temas transversais (11). Neste bloco de questões, as unidades puderam assinalar mais de uma temática. Outras temáticas apontadas foram as seguintes: uso de linguagens lúdico-pedagógicas na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.; práticas parentais não violentas e relações familiares; educação não violenta; convivência coletiva; fortalecimento de vínculos; função protetiva da família, círculos restaurativos; mundo do trabalho; inclusão produtiva; desenvolvimento infantil; saúde mental e prevenção.

A abordagem dessas temáticas nas unidades são de fundamental importância pois se relacionam diretamente com a segurança da convivência e contribuem para o fortalecimento de vínculos.

Gráfico 4– Temáticas



Fonte: pesquisa google forms

Em relação a participação dos usuários nas escolhas do tema que são trabalhados pelas unidades em atividades coletivas foi possível verificar que 17 afirmaram que há participação e 03 apontaram que não.

Gráfico 5 – Participação dos usuários na escolha dos temas



Fonte: pesquisa google forms

Das unidades respondentes 15 delas pontuaram que realizaram mais de 10 atividades coletivas no primeiro semestre de 2022.

Gráfico 6 – Quantidade de atividades no primeiro semestre de 2022



Fonte: pesquisa google forms

Das unidades respondentes 11 [1] apontaram que a participação dos usuários da política nas atividades coletivas tem se dado da seguinte forma: que os usuários têm demonstrado interesse em participar , têm comparecido e têm participado das atividades, e 07 afirmaram que os usuários têm demonstrado interesse porém não têm comparecido na data da atividade. Esse fator este requer investigação em relação ao motivo que leva os usuários a não comparecerem no dia da atividade.

Gráfico 7– Avaliação da participação dos usuários



Fonte: pesquisa google forms

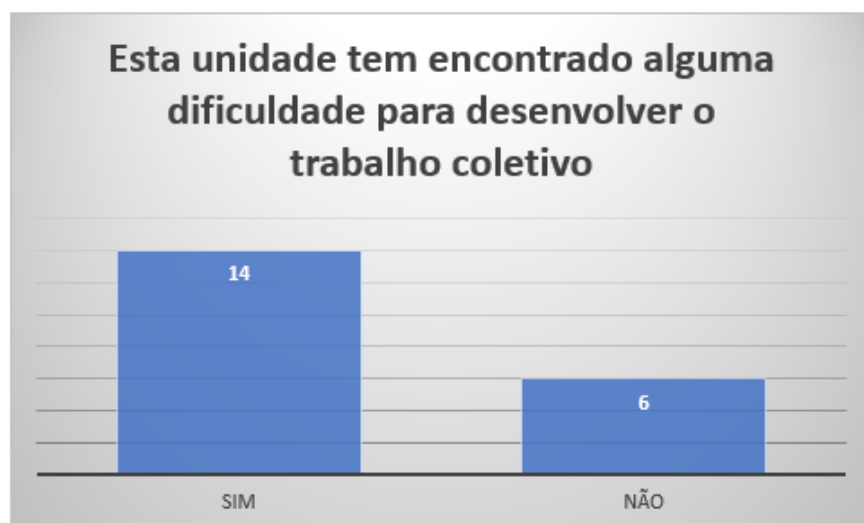
Em relação às ofertas socioassistenciais a questão levantada se as unidades teriam desenvolvido alguma ação comunitária no primeiro semestre de 2022, cinco das unidades respondentes afirmaram que realizaram essa modalidade de atividade, sendo que a maior parte teve relação com o dia 18 de maio- Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes, além da indicação de outras atividades em parceria com a rede socioassistencial com brincadeiras e atividades lúdicas.

Outra questão abordada foi em relação ao fato da unidade respondente ter encontrado alguma dificuldade para desenvolver as atividades coletivas: 14 responderam que sim e 06 responderam que não. Importante sinalizar que 03 dessas que responderam que não são unidades de SCFV que já ofertam suas atividades no formato coletivo diariamente. Isso demonstra a necessidade de maior atenção e intervenção para que as dificuldades sejam superadas.

Para poder projetar-se no futuro, é preciso dispor no presente de um mínimo de segurança. Por conseguinte, tratar sem ingenuidade como um indivíduo uma pessoa em dificuldade, é querer colocar à sua disposição apoios que lhe faltam para comportar-se como indivíduo de plenos direitos. Apoios que não consistem apenas em recursos materiais ou em acompanhamento psicológico, mas também em direitos e em reconhecimento social necessários para assegurar as condições da independência. Robert Castel



Gráfico 8 – Dificuldade no trabalho coletivo



Fonte: pesquisa google forms

As unidades também responderam questões abertas e relataram em relação ao trabalho em grupo no primeiro semestre de 2021. Uma das unidades de PAIF apontou que a experiência do trabalho em grupo foi impactada por algumas alterações na equipe, considerando mudança de referência territorial, mudança na referência da psicologia e coordenação e retorno de servidora que estava em licença maternidade. Essas alterações impactaram no planejamento das atividades coletivas a serem realizadas no primeiro semestre, como por exemplo, grupos de acompanhamento e oficinas, que não ocorreram em grande quantidade e nem de forma continuada.

Já outras unidades responderam que as oficinas ocorreram de forma pontual com públicos diferentes. Também houve o relato de que foram iniciados os grupos de acompanhamento, que ocorreram em alguns territórios, considerando as mudanças ocorridas na equipe e o processo de reconhecimento do público, demandas, desproteções e potencialidades. No que diz respeito às acolhidas, seguindo a direção da gestão, foram realizadas até o mês de junho para todo o público que buscou atendimento na unidade. Foram acolhidas informativas a respeito de direitos socioassistenciais, política de assistência social e fluxos de atendimentos. Também houve relato de uma certa "escuta" coletiva para direcionar às famílias para atendimentos particularizados. Observou-se, que após um período, várias famílias faltaram nas atividades coletivas de acolhida, por isso no mês de julho somente famílias que não passaram por acolhidas seriam direcionadas para essas reuniões, já as que já haviam participado foram direcionadas para atendimento particularizado.

Ainda no âmbito do PAIF as atividades coletivas consideraram as demandas planejadas que surgiram nas reuniões de equipe e as acolhidas foram organizadas a fim de renovar os vínculos com a população. Outro elemento citado foi em relação aos momentos de participação da rede intersetorial no planejamento e execução de ações comunitárias, bate-papos, contrações de histórias e grupos de adolescentes.

Apesar dos desafios de retomar as atividades coletivas e de organização dessas nos territórios rurais foi apontado que os usuários convidados têm participado de forma ativa das programações, sendo notório um aumento do envolvimento de homens nas atividades propostas. Os coletivos têm sido espaços de reflexões e proposições pelos usuários da política. As atividades coletivas são canais para multiplicação da informação e divulgação dos serviços e temáticas relacionadas ao SUAS, inclusive com a participação de outros serviços da política de assistência e demais políticas públicas.

Na equipe de trabalhadores de umas das unidades respondentes da pesquisa a avaliação foi de que a retomada das atividades coletivas aconteceu de forma naturalmente gradual e não foi para todo o público que demanda atendimento, considerando o retorno a essa modalidade após a pandemia de Covid 19 e também as características dos territórios, como por exemplo, usuários com situação de agravo de saúde e terem dificuldade de acesso ao CRAS, considerando distância dos bairros de alguns territórios, e também as famílias ficado, de certa forma, durante esse período pandêmico, mais distantes da unidade física do CRAS e sem a oferta das atividades coletivas.

Em relação ao relato sobre a percepção dos trabalhadores sobre o Encontros de famílias obteve-se as seguintes considerações: quando o mesmo ocorre em horário comercial percebe-se que a adesão é mínima. Mas, quando realizada após as 17h, percebe-se uma adesão de acima de 60%. A unidade de serviço de medidas socioeducativas apontou a realização de oficinas de interpretação das medidas socioeducativas, oficina de rap, grafite e futebol, sendo que até o momento a principal dificuldade tem sido a participação mais efetiva dos adolescentes.

Já o relato de unidades de SCFV apontou que o trabalho realizado pelo serviço compreende principalmente atendimentos e atividades em grupo, em que os educandos atendidos no serviço são divididos por grupo considerando sua idade. Os grupos contam com orientadores sociais, que juntamente com a turma, planejam e executam as atividades propostas. Como já mencionado anteriormente a convivência social entre os educandos tem sido um grande desafio nos atendimentos presenciais e para conseguir superar essas dificuldades o foco das unidades tem sido em ações coletivas entre os educandos que envolvam brincadeiras e jogos coletivos, momentos de recreação e lazer e criação de acordo de convivência considerando as demandas dos educandos.



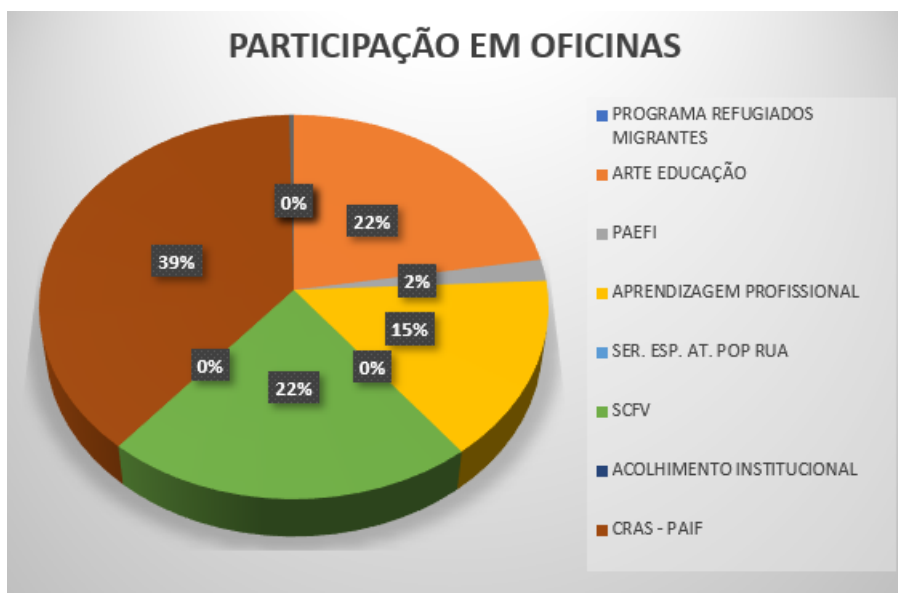
Em relação a dificuldades que as unidades têm enfrentado na retomada do trabalho coletivo a que mais se evidenciou foi em relação à participação e rotatividade da equipe. Outro fator foi a dificuldade no horário das atividades disponibilizadas às famílias e preferência das famílias pelo atendimento individual, dificuldades das pessoas em exporem suas situações e/ou debater temas no coletivo. Além da alta demanda vivenciada pelas unidades de procura espontânea por atendimento (presencial e por telefone).

Outro fator apontado foi em relação à disponibilização de espaços adequados nos locais de atendimento descentralizado; logística de transporte público para os usuários e distância dos distritos rurais. Para as unidades de SCFV a dificuldade não aparece como algo evidente, visto que já tem como pré requisito o atendimento em grupo. Outra questão levantada foi em relação ao medo de contágio da Covid 19.

### DADOS DO IRSAS EM RELAÇÃO A ATIVIDADES COLETIVAS

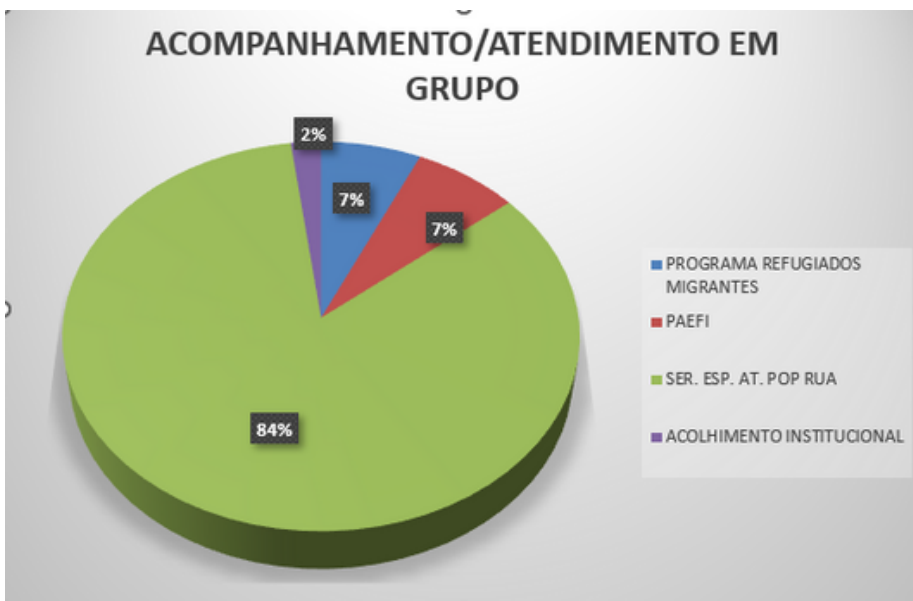
A extração abaixo reflete a quantidade de pessoas que participaram das atividades de oficinas, ações comunitárias e acompanhamento em grupo no período a que se refere a pesquisa. Participaram de oficinas 2.864 pessoas, foram acompanhadas em grupo 171, e participaram de atividades comunitárias 1.425 pessoas. Sendo que uma pessoa foi contatada apenas uma vez. O gráfico abaixo aponta que o CRAS-PAIF teve uma representatividade de 39% de pessoas com participação em oficinas. Seguido, do programa Arte-educação e SCFV com a mesma intensidade, 22%.

Gráfico 9 - Participação em oficinas



Na modalidade de acompanhamento/atendimento em grupo o Centro Pop com o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua foi o que somou a maior quantidade de pessoas sendo atendidas nessa modalidade com 84%.

Gráfico 10- Acompanhamento/atendimento em grupo



Em relação às ocorrências de ações comunitárias é possível identificar que o SCFV e Programa de Aprendizagem Profissional representam a fração maior nessa modalidade.

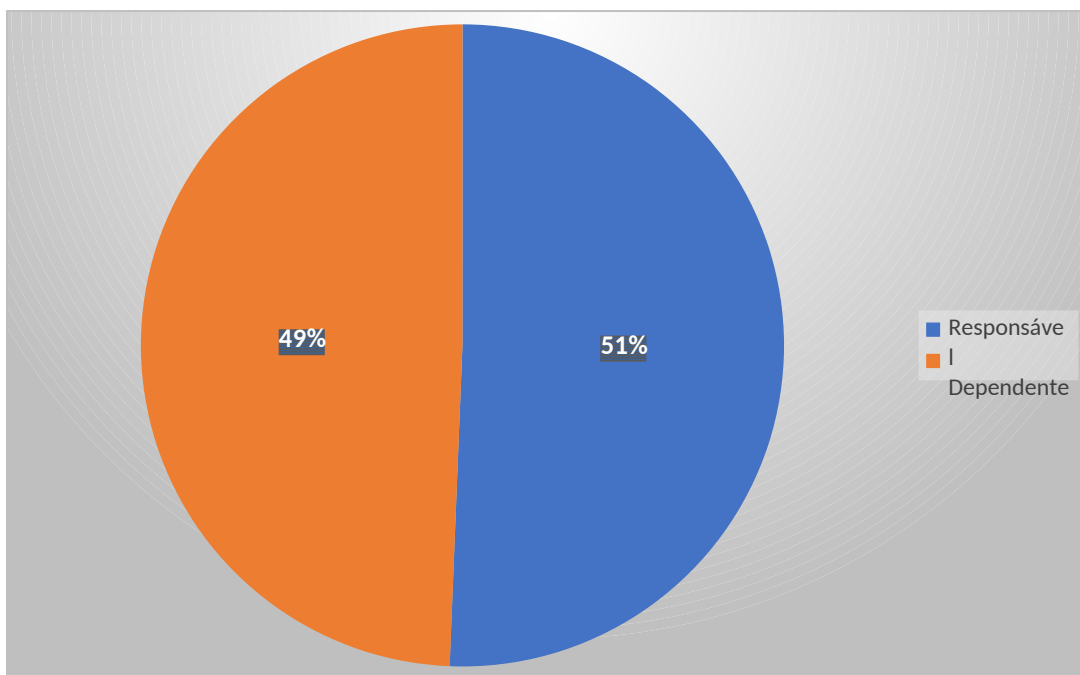
Gráfico 11 - Atividades/Ações comunitárias



## PERFIL DAS PESSOAS QUE PARTICIPARAM DE ATIVIDADES COLETIVAS NO IRSAS

A extração de dados realizada no IRSAS possibilitou trazer o perfil das pessoas que participaram de atividades coletivas no primeiro semestre de 2022. No IRSAS 51% das pessoas que participaram estavam como responsáveis familiares no IRSAS.

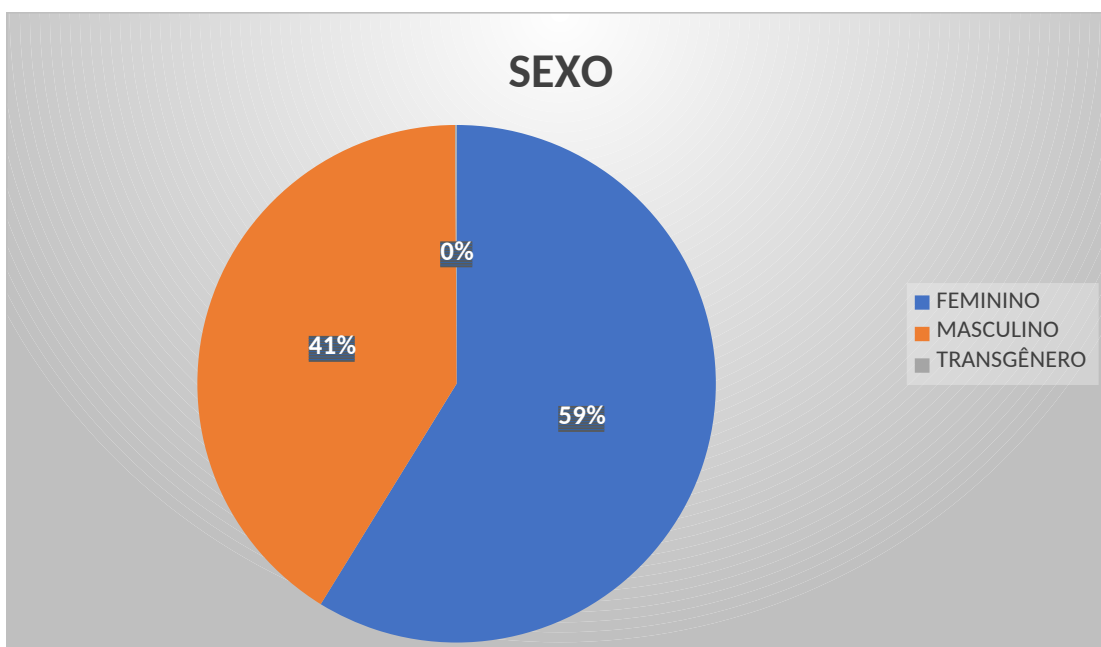
Gráfico 12 – Responsável x Dependente



Fonte: IRSAS

Dessas pessoas foi possível verificar que 59% eram do sexo feminino, 41% do sexo masculino e não foi identificado nenhum transgênero.

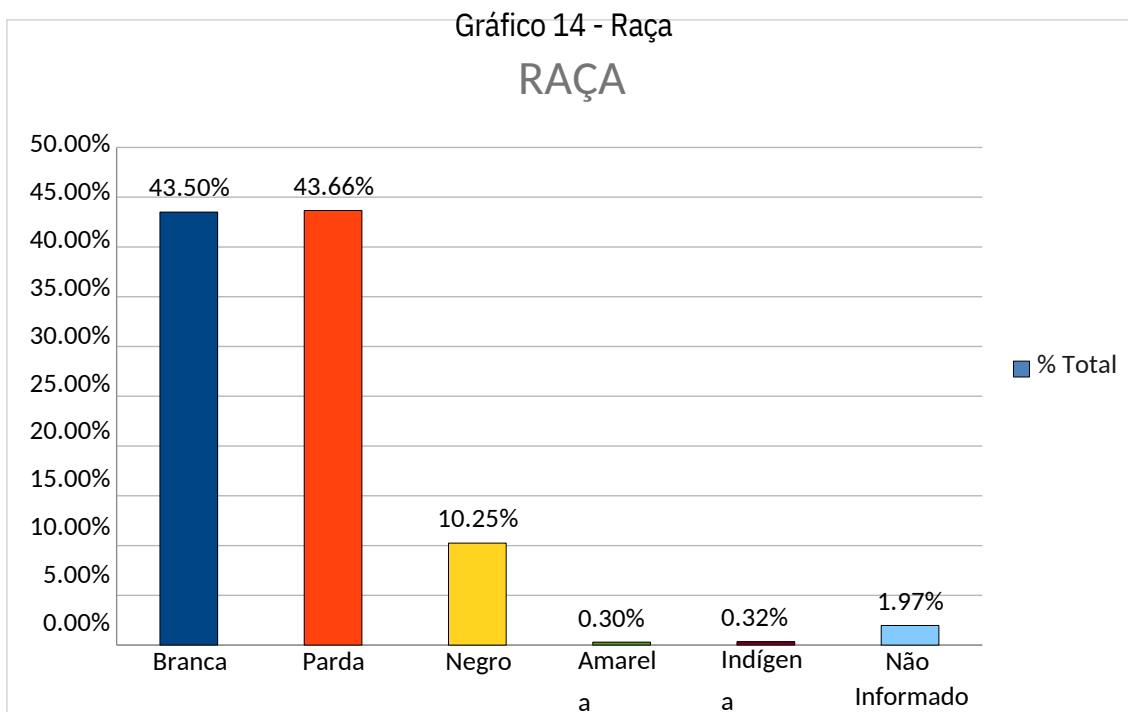
Gráfico 13 - Sexo



Fonte: IRSAS

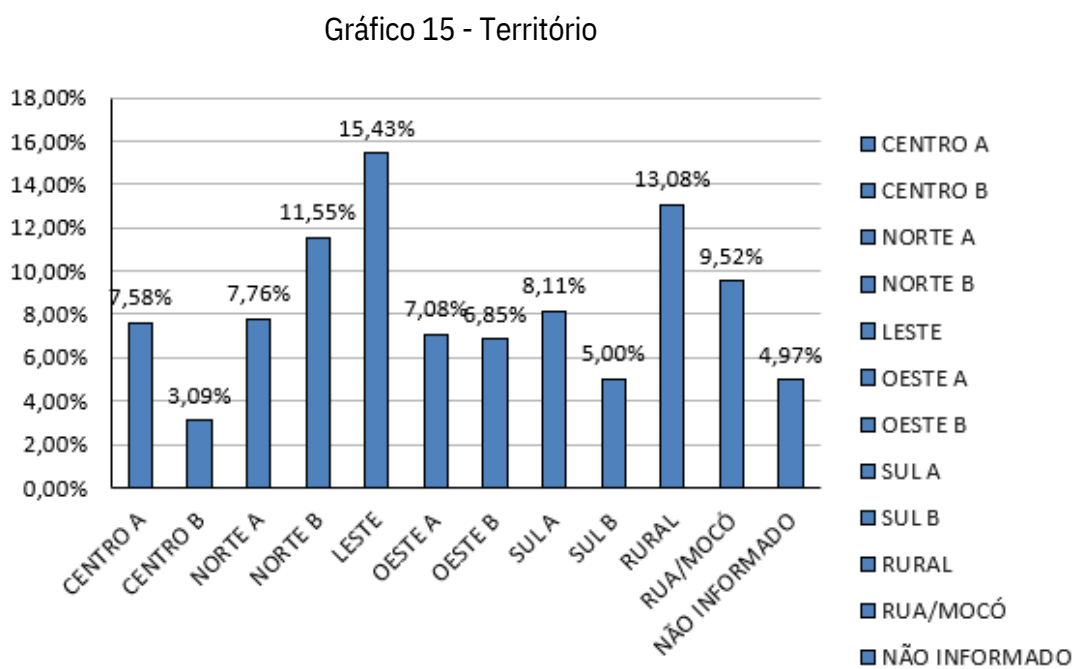


Em relação à raça, foi possível identificar uma quantidade maior da população autodeclarada negra (pardos+pretos), representando 53,91%, seguido da autodeclarada branca 43,50%. A categoria negra representa a maior categoria de raça dentre usuários desta pasta como um todo.



Fonte: IRSAS

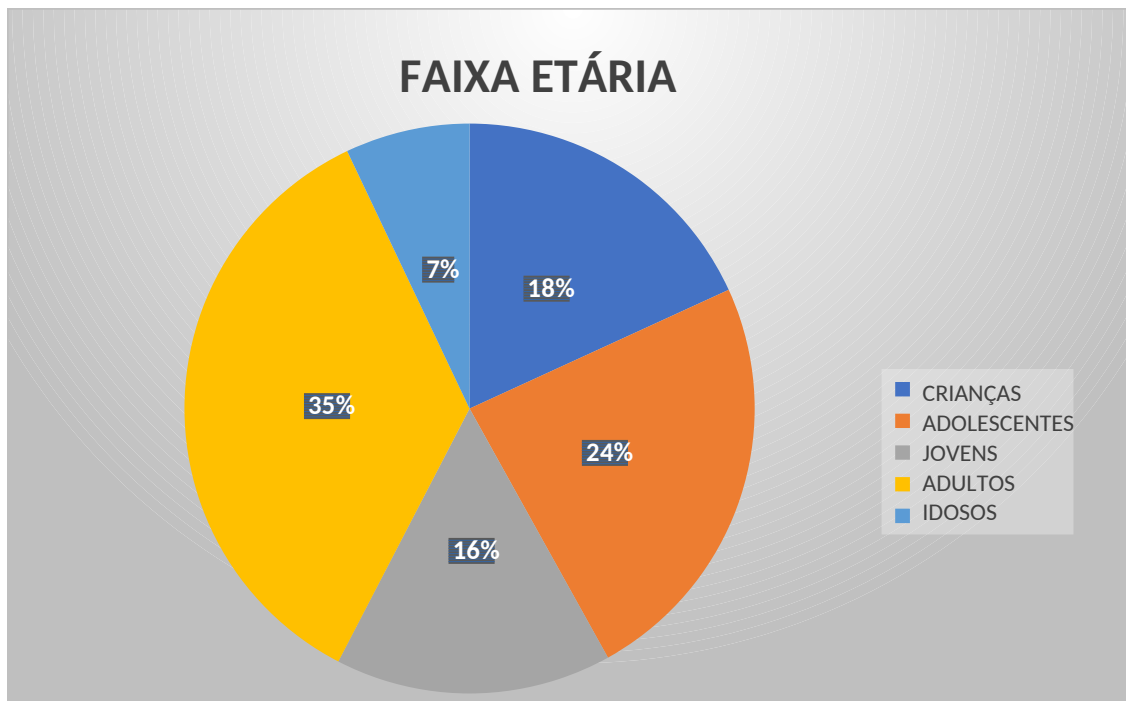
Em relação ao território de moradia das pessoas que participaram de atividades coletivas temos uma concentração na região Leste (15,43%), seguido de 13,08% na Rural e 11,55% na região Norte B.



Fonte: IRSAS

Em relação à faixa etária das pessoas que participaram dessas atividades coletivas a maior concentração estava para os adultos com 35%, seguidos dos adolescentes com representação de 24%.

Gráfico 16 – Faixa Etária



Fonte: IRSAS

Em relação à renda per capita dessas pessoas que participaram de atividades coletivas temos uma concentração significativa de famílias na extrema pobreza, ou seja, aquelas com renda de R\$00 a R\$ 105,00 por pessoa da casa. Importante sinalizar que essa população se configura como público prioritário das ofertas da política de assistência social.

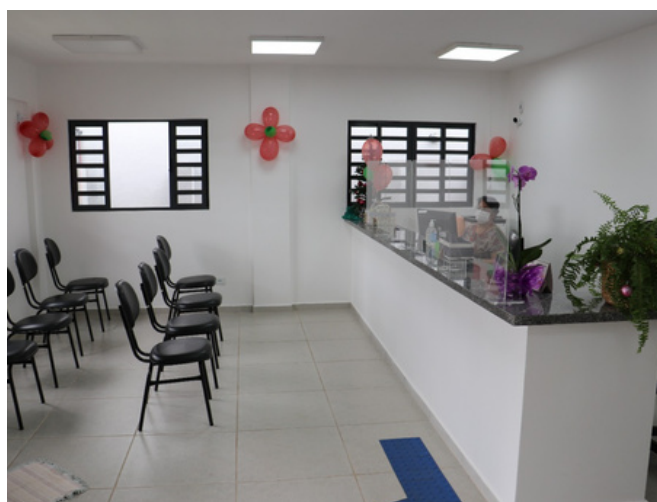
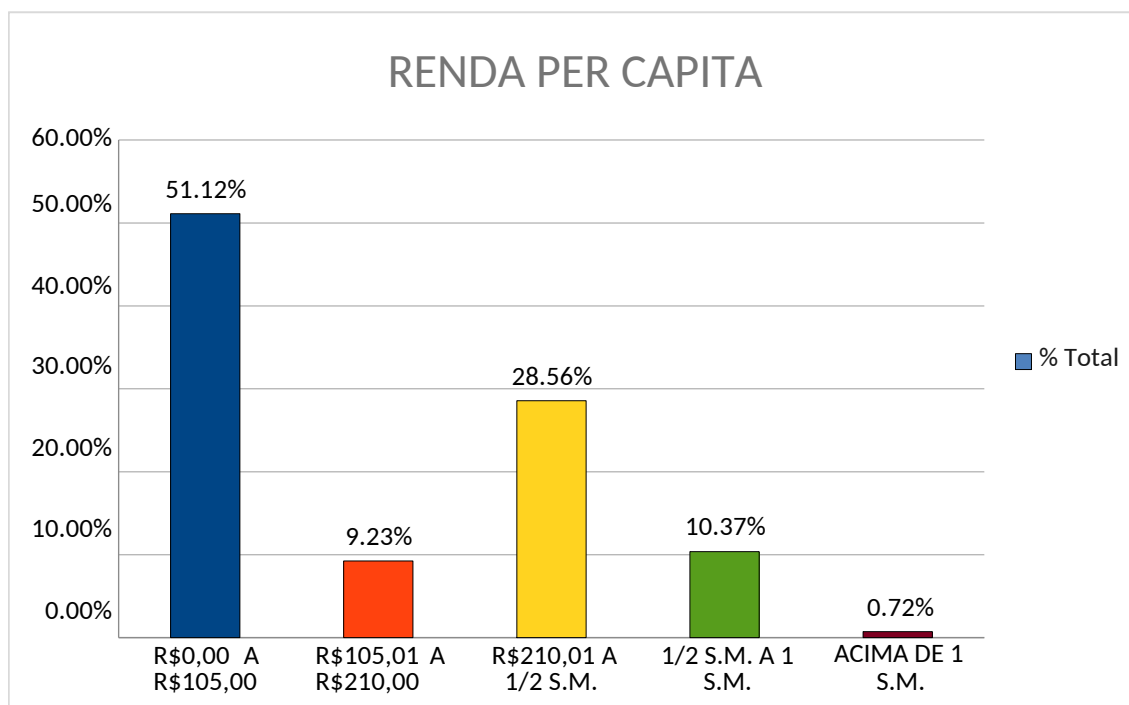


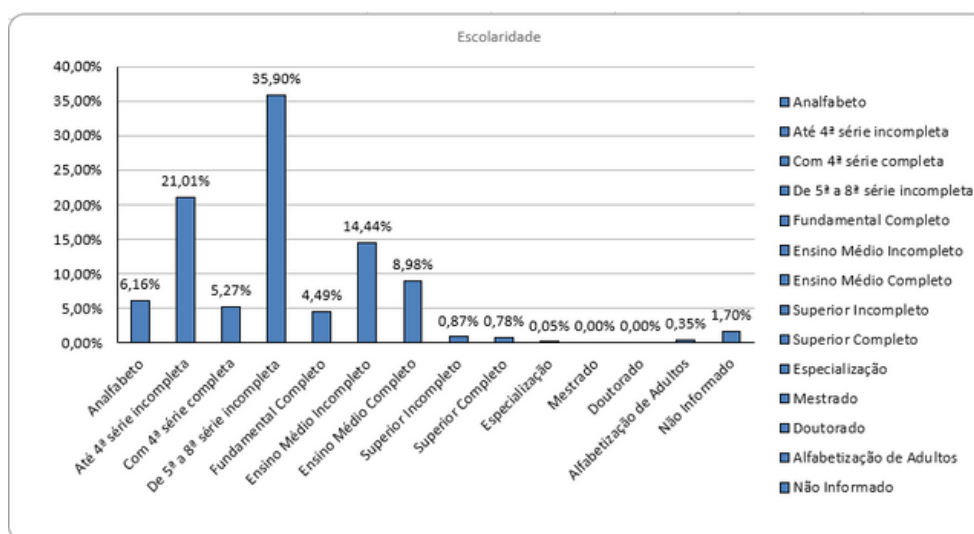
Gráfico 17- Renda per capita



Fonte: IRSAS

Em relação à escolaridade dessas pessoas temos uma concentração de 35,90% de pessoas com ensino fundamental incompleto, seguido de pessoas que não chegaram a concluir o 4º ano. Dessa forma, é possível perceber que são pessoas com baixa escolaridade e, concomitantemente, em situações de extrema pobreza. Esse público se configura como público prioritário na política de assistência social

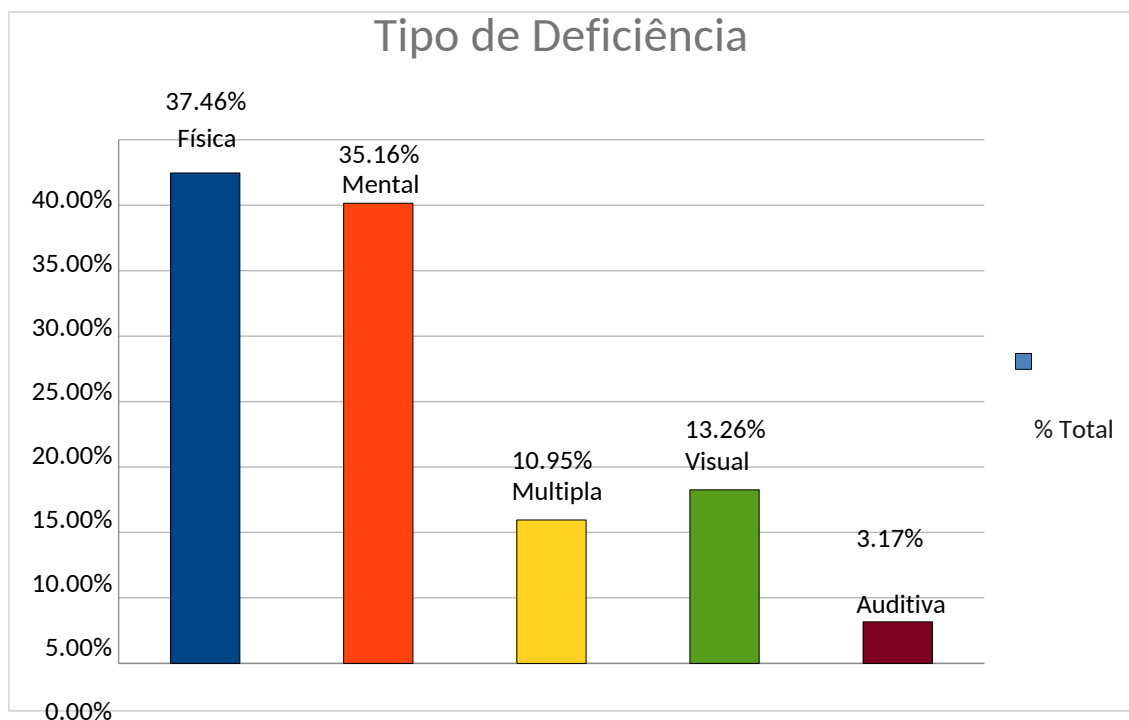
Gráfico 18 - Escolaridade



Fonte: IRSAS

Das pessoas que participaram dessas atividades coletivas e que relataram possuir algum tipo de deficiência no IRSAS foi possível verificar que concentram a maior proporção a deficiência física, com 37,46%, seguido da deficiência mental com 35,16%

Gráfico 19– Tipo de Deficiência



Fonte: IRSAS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Boletim trouxe a sistematização das informações relacionadas às ofertas socioassistenciais e o retorno do trabalho coletivo nas unidades de proteção social básica e proteção social especial por meio de informações coletadas na pesquisa utilizando o google forms e os dados retirados do sistema IRSAS. Importante sinalizar que este Boletim traz uma mostra considerando que 20 unidades responderam a pesquisa conforme citado inicialmente.

Neste âmbito, foi possível identificar que a maior parte das unidades respondentes já iniciaram atividades coletivas neste primeiro semestre de 2022 e que houve vários apontamentos sobre a participação dos usuários no PAIF, visto que o período de isolamento provocado pela pandemia pela Covid 19 e a prevalência dos atendimentos individuais até então se relacionou diretamente com alguns enfrentamentos que o PAIF vivencia de retomada dos trabalhos coletivos.

Já o SCFV, que já realiza o atendimento de modo coletivo, não apontou dificuldade na participação dos usuários. Para o SCFV, o enfrentamento se relaciona com às questões de saúde mental que afetaram crianças e adolescentes no pós período de isolamento social.

As unidades de acolhimento respondentes também pontuaram dificuldades com o retorno do trabalho coletivo mas relacionando com o perfil dos usuários e ao fato de terem a fragilidade de vínculos familiares e comunitários muito intenso enquanto desproteção social.

Em relação aos dados extraídos pelo IRSAS foi possível verificar que a modalidade de atendimento coletivo que mais se destacou foi a de oficinas, com a maior quantidade de pessoas participantes.

Já em relação ao perfil dessas famílias que participaram das atividades coletivas nas ofertas socioassistenciais foi possível verificar que a maioria foram mulheres na extrema pobreza (renda de R\$ 00 a R\$ 105,00 per capita) com baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto) e de raça negra (pretos e pardos). Os territórios que tiveram maior quantidade de pessoas participando de atividades coletivas foram o Leste, Rural e Norte B.

Considerando o perfil das pessoas que participaram das atividades coletivas e a segurança a ser afiançada pela política de assistência social, seja ela, de convívio familiar e comunitário, Torres (2013) aponta que há possibilidade esta na convivência social e que esta possibilita ampliar a proteção social dos sujeitos, famílias, grupos e segmentos populacionais como um processo sociorelacional.

A reflexão deste boletim, portanto, se centrou em uma segurança extremamente relevante para a garantia da proteção social da Assistência Social e a reflexão acerca desse tema tem sido cada vez mais central.

É importante e fundamental sempre reiterar ainda que todas as ofertas e todos (as) seus (suas) trabalhadores(as) devem se voltar à garantia das seguranças socioassistenciais que viabilizam o cumprimento da função de proteção. Por isso, constantemente, devem revisitar questões como: de que maneira esta oferta exerce cada segurança socioassistencial em seu cotidiano de atuação e, assim, viabiliza a proteção social?; como o trabalho profissional desenvolvido se insere nessas garantias de proteção? E, adicionalmente, é preciso que, além da proteção social, também as funções da Vigilância Socioassistencial e da Defesa sejam incorporadas ao dia dia das ofertas, organicamente, com o real peso de função desta política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

Torres, Abigail Silvestre. **A segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social.** PUC. SP. 2013.